

Cristiani Bereta da Silva Luiz



Leituras e impressões sobre homens e mulheres em movimento...

Cristiani Bereta da Silva Luiz¹

Resumo

Este artigo procura situar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra num plano teórico, de conceitos e idéias, principalmente partindo da análise de diferentes trabalhos que privilegiaram o estudo das experiências e ações políticas de homens e mulheres do campo no Oeste catarinense.

Palavras-chave: Movimentos Sociais – MST - Experiências

Abstract

This article attempts to define the theories, concepts and ideas, behind Brazil's Landless movement. Principally analysing the various studies about the experiences and political actions undertaken by men and women in the west of Santa Catarina.

Keywords: Social Movement – MST – Experiences

*“Já disse o homem que depois morreu e ficou a memória.
Que existe uma coisa na roda da história...”²*

Mesmo antes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra receber destaque em jornais e revistas de circulação nacional,³ teses e estudos já circulavam nos meios acadêmicos acerca das ações políticas e sociais de homens e mulheres, desenvolvidas tanto no espaço urbano quanto no campo. Estes, após legitimarem as ações enquanto “movimentos sociais”, passaram a identificá-las como o “novo” dos Novos Movimentos Sociais. Esta foi uma categoria de análise que começou a aparecer nos debates acadêmicos nacionais por volta da década de 80 e que percorreu diferentes caminhos teóricos e metodológicos até “ancorar sob a influência dos ventos culturais”. Ventos que, conforme Doimo, foram soprados pela crise interna do próprio

¹ Aluna do Curso de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina.

² BOGO, Ademar. “Manter a esperança”. In: **Cantos da Luta**. Movimento Sem Terra de SC, p.02.

³ Apenas para ilustrar, somente na Revista *Veja*, o MST foi reportagem de capa três vezes até a presente data: em 16/04/97, 23/04/97, 03/06/98. Excluem-se aí outras tantas reportagens e notas em outros números desta mesma revista, bem como em outras revistas e jornais de circulação nacional.

marxismo, varrendo o pensamento europeu e chegando aqui “trazendo a revalorização da cultura como campo significativo dos conflitos sociais, bem como a noção thompsoniana de “experiência”, nascida da crítica metodológica ao marxismo reducionista e economicista”.⁴

Não caberia aqui diferenciar “novos” e “velhos” movimentos sociais, até mesmo porque sua complexidade exigiria estudos bem mais aprofundados. No entanto, a título de melhor situar o MST enquanto campo de análise - e, principalmente, entendendo a necessidade de constitui-lo historicamente para que não vague num “vazio” teórico, onde tudo é interessante, tudo é movimento e tudo é social - é pertinente colocar que até a década de 60 os movimentos sociais eram concebidos apenas como práticas no interior de três categorias: classe, partido e Estado. Em sua crítica ao “emaranhado de significados” que acompanham o conceito de “movimento social”, Ana Maria Doimo coloca que falar em movimento social, sobretudo na década de 60, significava referir-se à organização racional do proletariado que, por sua vez, era constituída como fruto de relações capitalistas de exploração. De modo geral, somente os movimentos de base operária eram “merecedores” de teorias. Nesse sentido, os sindicatos e partidos que possuíam uma orientação socialista e comunista eram tidos como representantes deste tipo de organização e “tudo o que fugisse desse raio de ação sequer podia ser incluído sob a rubrica do verdadeiro movimento social, quando muito, seriam movimentos arcaicos e pré-políticos ou, então, meros “assuntos da classe trabalhadora””.⁵

Em meio ao processo das rápidas mudanças ocorridas na Europa a partir dos anos 60, sejam nas relações produtivas, ou no próprio pensamento racional, o sociólogo francês, Alain Touraine⁶, em suas análises, acabou configurando os movimentos sociais de então como “velhos”. Uma “classificação” pensada em contraposição aos movimentos que começavam a se fazer presentes, os quais ele elegeu como representantes dos “novos” movimentos sociais, como os de gênero, pacifistas, ecológicos e nacionalistas.

⁴ DOIMO, Ana Maria. *A Vez e Voz do Popular: Movimentos Sociais e Participação Política no Brasil pós-70*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará: ANPOCS, 1995, p.47.

⁵ Idem, p.39.

⁶ Para Touraine, a segunda metade deste século foi dominada pelo o que ele chamou de ruptura da teoria e da prática, processo em que cada vez mais a sociedade de produção e de consumo se dividia em duas fileiras que não eram absolutamente classes sociais, mas universos sociais e culturais qualitativamente diferentes. O pensamento social que emergia neste momento teria provocado dois tipos de reações intelectuais e políticas, dando tom ao movimento de maio de 68. De um lado este pensamento reagia contra o otimismo dos ideólogos da modernização e, de outro, preservava o espaço da crítica sem o qual a formação de novos atores e dos novos movimentos sociais não teria sido possível. TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. Tradução de Elia Ferreira Edel. Petrópolis-RJ: Vozes, 1994, pp.182/184.

Além disso, este sociólogo observou que, com a sociedade “pós-industrial”, o movimento operário deixaria de ser o personagem central da história social e cederia espaço para o campo cultural, espaço de formação das principais contestações e lutas.

Na mesma época em que Touraine “decretava” a morte dos “velhos” movimentos sociais na Europa, no Brasil, como que em resposta ao silêncio imposto pelo regime político-ditatorial, movimentos sociais - como os feministas, raciais, movimentos dos sem-terras, entre outros - começaram a tomar forma no cenário político brasileiro. Para este sociólogo, as mobilizações sociais ocorridas nesse período, “particularmente das categorias urbanas, mas também entre as mulheres, os estudantes e outros grupos sociais”, foram menos controladas pelos partidos políticos ou outras instituições do que em tempos anteriores, o que levou muitos autores a falarem de novos movimentos sociais.⁷

Estas mobilizações fizeram surgir novas formas de pensar antigas questões. O foco de análise foi sendo deslocado principalmente para os aspectos culturais. As relações de sociabilidade e solidariedade, associadas às práticas de construção de identidades comuns, surgiram enquanto espaços significativos de constituição de sujeitos. Assim, parece que a designação destas mobilizações como “novas/novo” eram vistas como o sinal de um novo tempo, como se as reivindicações feitas pelos “novos” movimentos estivessem finalmente colocadas no horizonte do possível.⁸

É importante ressaltar que o caráter desse “novo” está relacionado muito mais ao sentido de modernidade do que de nacionalidade. Scherer-Warren, mesmo nos chamando a atenção para a existência de uma certa “desterritorialização dos novos modelos culturais” - o que segundo ela explicaria uma certa semelhança da política de ação de um movimento de trabalhadores do Oeste catarinense com demais bases dos diversos movimentos sociais nacionais e internacionais - sustenta a importância dos estudos que pensem os novos movimentos sociais a nível nacional, especialmente em seu significado no conjunto da sociedade brasileira.⁹ Ou seja, o “novo” desses movimentos de forma alguma pode ser visto como

⁷ TOURAINE, Alain. *Palavra e Sangue: Política e Sociedade na América Latina*. Tradução de Iraci D. Poleti. São Paulo: Editora da Unicamp, 1989, p.279.

⁸ TELLES, Vera da Silva. *Movimentos Sociais: Reflexões sobre a experiência dos anos 70*. In: SCHERER-WARREN, Ilse, e KRISCHKE, Paulo. *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.60

⁹ Ver: SCHERER-WARREN, Ilse. *O Caráter dos Novos Movimentos Sociais*. In: SCHERER-WARREN, Ilse e KRISCHKE, Paulo. *Uma Revolução no Cotidiano? Os Novos Movimentos Sociais na América do Sul*. São Paulo: Brasiliense, 1987, p.39.

específico da dinâmica dos movimentos sociais no Brasil, embora é preciso que tenhamos bem claro as conjunturas e especificidades destas mobilizações na América Latina, e principalmente no Brasil, evitando recorrer a noções já definidas em experiências anteriores.

Em 1983, foi publicada uma coletânea de ensaios sob o título: "*Os camponeses e a política no Brasil: As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*". Esses estudos, além de serem muito importantes para uma melhor compreensão das lutas e embates dos trabalhadores do campo, representam uma tentativa de perceber estas mobilizações sob outras perspectivas. Mesmo mantendo uma postura notadamente "marxista", o autor, José de Souza Martins¹⁰, através de seus ensaios revela que, neste período, os intelectuais começavam a perceber que os modelos que até então utilizavam para estudar os movimentos sociais no Brasil, não estavam abarcando a multiplicidade das práticas sociais e políticas do meio rural. Martins coloca a existência de uma dificuldade - tanto prática quanto teórica, além de doutrinária - dos partidos políticos em acompanhar e incorporar as tensões sociais e as reivindicações dos trabalhadores rurais neste período. Aponta, ainda, para uma distorção teórica presente na discussão política feita nos meios acadêmicos a respeito das lutas camponesas. Para este autor havia uma certa "esquizofrenia" nas teorias e doutrinas acerca destas lutas, que frequentemente repousavam na pressuposição de que:

"...no processo político, o campesinato só pode ter uma presença passiva e subordinada, isto é, subordinada à perspectiva, ao jogo e aos interesses de outra classe social (...) A possibilidade do campesinato falar sua própria linguagem de classe perturba os esquemas de interpretação, as posições partidárias, a lógica férrea e enferrujada do economicismo desenvolvimentista.¹¹"

Este trabalho deu certa circularidade à preocupação de alguns intelectuais em criticar estudos que não considerassem as lutas travadas no campo enquanto um movimento legítimo de reivindicação política. Assim, percebe-se que esta concepção teórico-metodológica, que até então era utilizada na maioria das análises, passou paulatinamente a ceder espaço a outras

¹⁰ Tendo trabalhado como assessor da Comissão Pastoral da Terra, o sociólogo e professor da Universidade de São Paulo (USP), José de Souza Martins, é considerado um aliado pelas lideranças do MST.

¹¹ MARTINS, José de Souza. *Os Camponeses e a Política no Brasil – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político*. Petrópolis/RJ: Vozes, 2ª ed., 1983, p.12.

possibilidades teóricas.

Entre os estudos sobre movimentos sociais publicados na década de 80, e os muitos outros publicados no decorrer da década de 90, a crítica em relação à utilização da teoria “marxista” enquanto instrumento conceitual foi significativa, especialmente no que se referia à explicação das ações coletivas apenas como reflexos imediatos da “estrutura” e “*determinismo*”. O trabalho de Eder Sader, criticando abordagens estruturais anteriores que caracterizavam as análises das ciências sociais, é um exemplo desta discussão. Este autor voltou seus estudos principalmente para as experiências populares, que então passaram a ser vistas também por “suas linguagens, pelos lugares que se manifestavam, pelos valores que professavam, como indicadores da emergência de novas identidades coletivas.”¹²

Neste mesmo período, com a efetiva organização e estabelecimento do MST, este passou a ser entendido enquanto um “novo” movimento social do campo. No entanto, existem divergências quanto a este entendimento. Vendramini, por exemplo, em suas análises sobre a consciência dos sem-terra, não o considera um “novo movimento social”, pois parte do pressuposto de que as características atribuídas aos novos movimentos se contrapõem “ao modelo de conflito de classe e, portanto, não se aplica a situações claramente determinadas por oposição de interesses e por contradições sociais, como é o caso dos sem-terra.”¹³

É bom perceber o lugar de onde estão partindo as análises de Vendramini, pois sua formação teórica é bastante clara, evidenciada em seu entendimento de que os “novos” movimentos sociais: “apesar da sua relevância nas duas últimas décadas, não substituem as classes e nem ocupam o centro dos embates, na medida em que enfocam apenas problemas setoriais.”¹⁴ Mesmo tendo presente o fato de que muitos estudos ainda mantêm esta perspectiva, uma grande parte dos trabalhos vêm optando por tomar o MST também enquanto representante dos “novos movimentos sociais”.

E é dessa forma que vários estudos têm privilegiado as experiências e ações políticas das mobilizações coletivas desencadeadas no espaço rural. Em busca de bibliografia sobre o assunto, deparei-me com uma escassa produção acadêmica dos profissionais de História sobre o tema. Os trabalhos que tiveram como objeto de estudo os trabalhadores em luta pela terra em

¹² SADER, Eder. **Quando Novos Personagens Entraram em Cena: Experiências, Falas e Lutas dos Trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹³ VENDRAMINI, Célia Regina. **Consciência de Classe e Experiências Sócio-Educativas do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra**. São Carlos/SP: UFSCR. Tese de Doutorado em Educação, junho de 1997, p.97.

¹⁴ Idem, p.103.

Santa Catarina são, em sua maioria, originários das Ciências Sociais, Antropologia e da Educação.¹⁵

Em sua dissertação de mestrado em sociologia política, defendida na Universidade Federal de Santa Catarina, em 1987, Teresa Kleba Lisboa procurou sintonizar-se com as perspectivas de análise que emergiam naquele momento. Neste trabalho, os movimentos sociais no campo, especialmente o MST, aparecem como novos movimentos sociais. No entanto, são assim entendidos pela autora porque incorporam os mesmos valores e assumem as mesmas características de outros movimentos considerados novos. Entretanto, embora Lisboa tenha colocado o MST enquanto um novo movimento social - o que sem dúvida continua sendo o principal pressuposto teórico das pesquisas e análises desse movimento - sua própria multiplicidade e localização no espaço e no tempo impediria uma conceituação definida somente a partir de modelos estabelecidos em experiências anteriores.

Os movimentos sociais também são entendidos aqui como responsáveis pelo crescimento de uma certa consciência política, fazendo com que os indivíduos percebam-se sujeitos de sua própria história, passando a descobrir seus direitos, lutando pela conquista de sua cidadania. Nesse sentido, os movimentos surgiriam como:

“Novos atores do cenário político e são apresentados como fonte de possíveis transformações na sociedade e de questionamentos à estrutura de dominação vigente. Almejam a construção do novo, um novo que se define pela crítica às práticas organizativas, centralizadas e burocratizadas já experimentadas. Não possuem um projeto claro de futuro. O vir a ser deve ser construído a partir do próprio presente, com experiência própria.¹⁶”

¹⁵ Os trabalhos citados referem-se aos de: LISBOA, Teresa Kleba. **O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Oeste Catarinense-Um Novo Movimento Social**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais, dezembro de 1987. CASAGRANDE, Jacir Leonir. **Movimentos Sociais do Campo – Mulheres agricultoras em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 1991. DABOIT, Pedro Carlos. **Do sócio-religioso ao sócio-político: A nova relação entre o Movimento de Mulheres Agricultoras e a Igreja católica no Oeste Catarinense**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Sociologia Política, 1996. SCHWADE, Elisete. **“A luta não faz parte da vida... É a vida.” O projeto político-religioso de um assentamento no Oeste catarinense**. Florianópolis: UFSC. Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, maio de 1993. VENDRAMINI, Célia Regina. Op. Cit. 1997. POLI, Odilon Luiz. **Aprendendo a andar com as próprias pernas: os fatores de mobilização nos movimentos sociais do Oeste Catarinense**. Campinas: UNICAMP. Dissertação de Mestrado em Educação, 1995. A dissertação de mestrado em história de CAMPIGOTO, José Adilson. Op. Cit., não entraria nesta análise, pois seu objeto de estudo não são, diretamente, os trabalhadores rurais ou seus embates no campo. Trata-se de uma análise dos discursos da Comissão da Pastoral da Terra catarinense, bem como outros discursos surgidos entre as décadas de 70 e 80 sobre o Estado de Santa Catarina referentes à agricultura.

¹⁶ LISBOA, Teresa Kleba. Op. Cit. p.12.

Mesmo considerando que, no Oeste catarinense, homens e mulheres no interior do MST estejam inseridos num processo de subjetivação que vai muito além de serem pensados sob ângulos e teorias tão definitivas, entendo que esta pesquisa avança em muitos pontos significativos nas análises sobre essa questão, principalmente observando que a cultura enquanto cenário dos estudos sociais evidencia-se em suas abordagens. Apesar de não mencionar Thompson, este trabalho nos faz lembrar este historiador e a maneira com que buscou tratar os novos personagens que estavam entrando em cena neste momento, principalmente porque seus estudos buscaram reinserir os trabalhadores na reflexão histórica através de suas experiências e da dinâmica do fazer-se diário. Segundo Thompson, o termo “experiência”, ausente nas análises marxistas e althusserianas, seria um termo necessário nas análises históricas para o entendimento de homens e mulheres enquanto sujeitos que experimentam diversas situações e relações, sejam elas produtivas ou não.¹⁷

Em 1991, Jacir Leonir Casagrande conclui um trabalho que segue de maneira semelhante as concepções já colocadas por Tereza Kleba Lisboa, mas, por outro lado, traz uma outra forma de perceber os movimentos sociais, ou seja, de perceber que o “movimento” pode também ser uma prática social pensada a partir de ações coletivas de mulheres. Casagrande buscou pensar a questão dos movimentos sociais privilegiando um coletivo constituído a partir da problemática vivida pelas mulheres agricultoras. Até então, homens e mulheres diluíam-se sem gênero em meio aos “trabalhadores do campo”, “camponeses”, ou apenas “agricultores”.

Colocando as mulheres como sujeitos atuantes, e não passivos, no processo de luta pela transformação social, o autor nos diz que as lutas das mulheres no meio rural são lutas pelas quais:

“...as mulheres, apesar de se sentirem solidárias, até o início da década de oitenta não haviam tido participação direta e significativa. Embora o dramático agravamento das dificuldades no meio rural possa ter sido sentido com igual ou maior intensidade pelas mulheres, em comparação aos homens (seus maridos), pelo espaço que lhe é próprio dentro da economia familiar.¹⁸”

¹⁷ THOMPSON, E.P. *A Miséria da Teoria ou um Planetário de erros (uma crítica ao pensamento de Althusser)* Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

¹⁸ CASAGRANDE, Jacir Leonir. Op. Cit. p.07.

De uma forma muito próxima, o estudo de Pedro Carlos Daboit, em 1996, procurou mostrar como se originou o Movimento de Mulheres Agricultoras, sua relação com a Igreja Católica como incentivadora do movimento e, posteriormente, a separação deste no processo de autonomia do movimento em relação à Igreja. Nesta dissertação, Daboit trabalha com o conceito de autonomia proposto por Castoriadis, buscando evidenciar que, durante a formação deste movimento, vão ocorrer vários momentos de autonomia da mulher em relação ao coletivo: da mulher em relação à família, em relação à Igreja, aos seus antigos conhecimentos e costumes, aos órgãos representativos, aos saberes e poderes hierarquizantes.¹⁹ Nesta abordagem está bastante presente uma linha de pensamento que não se trata apenas de sujeição, mas também de um sujeito e sua relação com a “autonomia”.

Um outro trabalho catarinense muito importante sobre os movimentos sociais do campo, e que definitivamente tenta outros caminhos para estudá-los, é a dissertação de mestrado em Antropologia Social, de Elisete Schwade, defendida em 1993. Neste estudo, mais do que o movimento social, o objeto de análise são os homens e mulheres que compõem o assentamento Conquista na Fronteira, localizado em Dionísio Cerqueira, extremo Oeste de Santa Catarina. Assim, a autora procura “abordar significações da luta pela terra”, buscando:

“Compreender as concepções de mundo e projetos dos envolvidos na luta pela terra, a partir da observação de suas experiências e do registro de suas falas; e pensar as influências da Igreja Progressista, especialmente nas relações que podem ser observadas na vida da terra conquistada.”²⁰

O estudo de João Paulo Lajus Strapazzon, de 1996, também inova quando analisa os movimentos sociais a partir de mediadores e discursos, isto é, busca interpretar o papel dos mediadores e dos discursos no surgimento e no desenvolvimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra de Santa Catarina, mais especialmente na formação e sua identidade coletiva, na década de 80. Este autor destaca, ainda, a ruptura havida entre MST, nos anos de 1985 a 1990, com o discurso e mediador privilegiado, a Comissão da Pastoral da Terra.

Em 1997, foi defendida, na Universidade Federal de São Carlos, a tese de doutorado em Educação de Célia Regina Vendramini. Este trabalho, tendo como campo de estudos acampamentos e assentamentos em Santa Catarina,

¹⁹ DABOIT, Pedro Carlos. Op. Cit. p.07.

²⁰ SCHWADE, Elisete. Op. Cit. p.02.

procurou investigar a consciência de classe do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, enquanto um processo sócio-educativo, ou seja, como ocorrem as relações entre suas condições de existência e de trabalho do produtor rural, a prática educacional e a formação da consciência do grupo. A autora considera que as características desse movimento não permitem que ele seja entendido “automaticamente” enquanto um novo movimento social no campo. Trazendo várias definições do conceito, coloca que o MST, segundo suas análises, não poderia ser entendido dentro destas teorias. Para falar da “consciência de classe”, a autora cita novamente conceitos a partir de Marx, Lênin, Lukács, entre outros autores marxistas, para procurar compreender a “formação da consciência de classe” no interior do referido Movimento.

Pensando desse modo, pode-se perceber o significativo caminho que o trabalho de Vendranini percorreu. Eu não falaria em “consciência de classe” no sentido mais “clássico”, como é proposto pela autora, mas é notória a preocupação da organização do MST em forjar uma “consciência” em seus militantes. No longo processo de luta pela terra, muitos meios são utilizados a fim de que valores, hábitos e costumes sejam redimensionados para uma produção cooperativada, um viver coletivo. Propostas colocadas a fim de que, um dia, possam alcançar seu objetivo. Objetivo que eles mesmos expressam: “nós queremos um dia transformar a sociedade. Esse é o nosso objetivo; é construir um homem novo.”²¹

Podemos perceber nestes estudos, produzidos principalmente em fins dos anos 80 e início dos anos 90, a busca de novas abordagens sobre as lutas no campo e sobre movimentos sociais. O período de pesquisa e término de cada um indica a própria historicidade das mudanças pelas quais os movimentos foram sendo pensados. É possível pensar que esses trabalhos procuram estar na esteira das concepções inscritas no já citado trabalho de Eder Sader. Por outro lado, percebe-se também que a linha que separa abordagens culturais, dinâmicas e plurais ainda é tênue em relação à fixidez de certos conceitos teóricos, onde os “ismos” - estruturalismo, reducionismo, etc.- ainda marcam forte presença.

De modo bastante geral, é basicamente este o contexto no qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e seus integrantes encontram-se inseridos e vêm sendo pensados. Porém, conhecendo um pouco dos homens e mulheres que dão corpo e forma a este Movimento, conversando, fazendo entrevistas, ou até mesmo remexendo arquivos de correspondências, relatórios, é possível perceber que não se trata apenas de

²¹ Uma das lideranças do MST/SC. Entrevista 18/04/97. Dionísio Cerqueira/SC.

uma sigla, de múltiplos significados e muito papel, repleto de teorias, idéias e conceitos.

Para aqueles que pretendem ou que já tenham iniciado algum trabalho privilegiando o MST como campo de seus estudos, é bom pensar que um movimento social, seja ele urbano ou rural, implica, antes de tudo, em sujeitos, exclusões, sonhos e aflições. Tentar perceber homens e mulheres, para além de conceitos e teorias, de discursos políticos ou sociológicos, significa pensar suas relações, onde as contradições, as idas e vindas, as construções e reconstruções são vividas e sentidas no interior de processos subjetivos. Processos que exigem um novo olhar, capaz de pensar as diferenças ao invés das semelhanças; um olhar que não se limite a princípios lógicos, jogos de oposições conceituais, enfim, uma outra relação entre pesquisador e objeto. Uma relação que torne possível trazer à tona um outro MST. Uma sigla que não traduziria apenas a figura de seus líderes expostos na mídia, nem tão pouco apenas as representações do “agricultor pobre coitado” que só quer um pedacinho de terra para plantar, ou o baderneiro com uma foice na mão que “invade” prédios públicos.

Certamente, é bom lembrar que este novo olhar não evidenciaria um MST mais “real”, ontológico, mas sim menos opaco, mais vivo. Um espaço onde a “transformação da sociedade”, a “construção de um homem novo”, incluindo aqui o redimensionamento das relações de gênero, são questões presentes e vivenciadas de diferentes formas cotidianamente. Questões significativas que passam por e através do Movimento e que vão além da perspectiva agrária, além de meras definições, ou caminhos teóricos pré-determinados.

São homens e mulheres travando disputas, vivendo suas diferenças: de gênero, étnicas, de geração, de classe, entre outras. Constituindo-se em integrantes de um movimento social, em meio às suas experiências, aos seus sentimentos, contraditórios ou não. Processos subjetivos não lineares, que transcendem tempos e espaços, mas que nem sempre transcendem valores e modelos hierárquicos. São também vitórias e derrotas, sonhos vividos nas durezas do cotidiano que evidenciam que os sujeitos que dão corpo e forma ao MST, não são bons, não são maus, mas são vivos e em movimento...